

O plantio do desamparo

Luiz Alex Silva Saraiva

A vida é assim: esquentada e esfria, apertada e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.

João Guimarães Rosa (*Grande Sertão: Veredas*)

Se alguém nos contasse que em menos de dois anos estaríamos retrocedendo em progressão geométrica em vários campos sociais e jurídicos, perdendo direitos duramente conquistados a olhos vistos (Alerta social, 2017), que seríamos chacota internacional por diversos motivos, e que estaríamos pacificamente inertes frente aos absurdos que observamos diariamente, provavelmente diríamos se tratar de um delírio de um místico charlatão de plantão. Pois bem. Embora retrocessos fossem esperados, dado o contexto do golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, democraticamente eleita com 54 milhões de votos, talvez não esperássemos tamanha avidez dos representantes do ultraneoliberalismo.



Nesse editorial, não faremos uma extensa lista do que perdemos, mas vamos levantar aspectos nos três poderes que indicam a corrosão da democracia brasileira (Saraiva, 2016). No poder executivo, em que pese a pouca tradição realmente democrática no país, observamos um verdadeiro balcão de negócios: empresários circulam, livres e, em alguns casos, de forma escusa, nas dependências do poder executivo, negociando termos que explicitamente lhes favoreçam. Isso vale desde denúncias planejadas, articuladas com a agenda pessoal de juristas autorreferenciados, até a mais evidente desqualificação e criminalização de toda e qualquer pauta popular genuinamente social. O presidente golpista mais impopular da história do país trouxe consigo uma agenda abertamente favorável ao mercado e aos interesses das empresas e explicitamente comprometida com a remoção de qualquer "obstáculo" à livre movimentação do capital. Transformando discursivamente direitos em privilégios, servidores públicos em desonestos, e assim sucessivamente, o poder executivo congela investimentos em educação e saúde em detrimento da liberação de bilhões em isenção de impostos, renúncia fiscal e emenda para aliados em troca de votos à sua pauta conservadora e descomprometida com as necessidades da população.

O poder legislativo deixou cair a sua máscara de vez. Historicamente alvo da desconfiança da população por conta de afastamento, ausência e descompromisso



com as promessas eleitorais, assumiu explicitamente sua face conservadora – quando não fascista mesmo – violenta, usurpadora, parcial, e francamente voltada ao seu próprio umbigo. Seus interesses rimam com seus negócios, e sua força vem da possibilidade de negociação para conseguir qualquer tipo de vantagem privada, mesmo tendo sido eleitos os legisladores a rigor apenas para representar a população. Mas ela não importa. Não importam seus direitos. Não importa o seu clamor. O que importa é obter vantagens e negociá-las pelo melhor valor possível. A população só será lembrada outra vez quando for compulsoriamente convocada a preencher, com seus votos, as casas legislativas novamente. Até lá, pode ser ostensivamente posta de lado.

O poder judiciário tem oferecido um espetáculo à parte. Embora historicamente já estivesse sob suspeita pelo menos desde o golpe de 1964, quando silenciou diante de todo o horror que ocorreu nos 21 anos do golpe civil-militar brasileiro, até há alguns anos ocupava um lugar privilegiado no imaginário tendo em vista que era a instância de decisão efetiva para questões em que os poderes executivo e legislativo, pelo olho nas urnas, se omitiam. Esse tempo passou. O poder judiciário está imerso no mesmo terreno pantanoso dos demais poderes. Com uma justiça absolutamente seletiva, que consegue ser implacável, rápida e dura contra negros, pobres e alvos políticos específicos – normalmente de esquerda – ela é explicitamente complacente, lerda e dócil para aqueles “que

interessam". Uma das facetas desse processo ocorre com o esfacelamento da justiça trabalhista. Se os trabalhadores, ostensivamente atacados com as "reformas", tiverem dúvidas a respeito da viabilidade de justiça, o que restará? Desamparo.

Desamparo é o nome da semente plantada aos quatro ventos por este governo golpista, cultivada pelo poder executivo e regada pelo poder judiciário, sob o sol do capitalismo internacional. Em conjunto, eles plantam um cenário desolador, no qual a ultracompetição se baseia em uma radical perda de solidariedade entre os indivíduos. Ser mulher, negro, pobre, periférico, LGBTTTIQA, portar qualquer tipo de limitação física ou mental, entre outros aspectos, assim, se anuncia como condição prévia para justificar qualquer tipo de violência. Em vez de amparo e acolhimento, o quadro é de invisibilização e de olhos fechados a todos que não desfrutam de uma condição "normal" – silenciando sobre os privilégios da "normalidade".

Desamparados estamos quando escravidão agora é um conceito relativo; quando terras indígenas são consideradas propriedades improdutivas; quando os assassinatos de líderes rurais são apenas estatísticas estéreis; quando pequenos agricultores rurais se tornam obstáculos ao agronegócio industrial; quando jovens e negros são assassinados e esquecidos pelo Estado; quando mulheres são



obrigadas a parir filhos concebidos em estupros; quando a população LGBTTTIQA é alvo de “terapias de reconversão espiritual”; quando depender da saúde pública pode significar não ter acesso a qualquer assistência; quando ser pobre significa não estudar em universidades públicas; quando funcionários públicos são transformados em vilões privilegiados; quando educadores são amordaçados em sala de aula; quando trabalhadores trabalham até morrer. A lista, infelizmente, continua...

O único antídoto para essa situação é radical: consciência associada à ação. Não basta mais buscarmos consciência. Mesmo em se tratando de um país fortemente influenciado por uma mídia golpista, há vaga-lumes, nos termos de Didi-Huberman (2011), pequenos pontos de luz que mostram que outros caminhos são possíveis. Mostram que a solidariedade é possível, viável e superior ao ódio que se espalha, que a união realmente faz a força, e que pode desarmar a divisão atizada pelos governantes.

Neste número, no qual encerramos o volume 4, e nos despedimos de 2017, contamos na capa com a contribuição de *Samara de Menezes Lara* e *Paula Cristina de Moura Fernandes*. Em *O luxo do lixo e o lixo do luxo*, a partir de uma fotografia de um lixão a céu aberto, as autoras sugerem reflexões sobre o consumismo, o desperdício, e as possibilidades de sobrevivência a partir do que se joga fora,



uma proposta muito oportuna considerando os inúmeros apelos do capitalismo na época do natal. A capa foi diagramada por Vitor Drumond.

A seção *Artigos* conta com quatro contribuições. Em *Assédio sexual no contexto acadêmico da administração: o que os lábios não dizem o coração não sente?*, Juliana Cristina Teixeira e Adriana da Silva Vinholi Rampazo põem em pauta uma questão que insiste em não calar: a objetificação das mulheres. Para tanto, a partir da descrição de situações de assédio sexual, as autoras problematizam o próprio espaço da academia, que também reproduz relações históricas que colocam a mulher como um ser subalterno e inferior aos homens. Com base em narrativas de duas mulheres docentes e pesquisadoras que possuem uma trajetória acadêmica no campo de estudos da Administração, as autoras ratificam a dificuldade de discutir o assunto neste campo acadêmico.

Geruza Tavares D'Avila e Maria Chalfin Coutinho, em *Trajetórias laborais de jovens administradores/as*, analisam percursos profissionais de seis administradores, que estudaram no período noturno, bem como suas inserções ocupacionais na região metropolitana do Rio de Janeiro. Com análise baseada em núcleos de significação, as autoras observaram que sua inserção se deu de forma precoce, por meio de estágios ainda no período universitário. A proximidade do final do curso reforça a necessidade de inserção e de permanência nas áreas pelas quais se interessam

profissionalmente. Mesmo com esta preocupação, o desemprego ronda parte dos entrevistados, o que sugere que a formação universitária é condição necessária, mas não suficiente para a permanência no mercado de trabalho.

Em *Pressupostos para o estudo da liderança como um fenômeno discursivo e socialmente construído*, Vitor Hugo Klein Jr. trata da liderança como um fenômeno discursivo e socialmente construído. Apesar de contribuírem com uma nova epistemologia para os estudos sobre liderança, um problema permanece saliente: como distinguir a liderança dentre outras formas de discurso nas organizações? Este artigo caracteriza a liderança como o resultado de múltiplas interações discursivas de um grupo, as quais demarcam um processo de estruturação e mudança organizacional. Os pressupostos são aplicados em um estudo de caso de um projeto de voluntariado da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo os resultados sugerido que os pressupostos auxiliam a distinguir a liderança discursiva de outros discursos, na medida em que a primeira emerge de um processo de construção coletiva de comprometimento, alinhamento e direcionamento.

Renata Couto de Azevedo de Oliveira, Luís Alexandre Grubits de Paula Pessoa, Eduardo André Teixeira Ayrosa examinam os *spoof ads* veiculados no site da *AdBusters* e verificam se tal discurso reflete os valores e objetivos da organização *jammer* em



Resistência, jamming e antipublicidade: uma análise dos spoof ads da adbusters media foundation. Para isso, mediante análise de conteúdo de 119 spoof ads, os autores identificam que os *spoof ads* são, em teoria, uma estratégia *jammer* na luta pela proteção da transparência democrática e da liberdade de expressão. Contudo, a análise sugere que esta estratégia é combinada com abordagens tradicionais, sendo por vezes cooptada pelas corporações e, podendo ser mal interpretada por indivíduos que se sentem manipulados pelos *jammers*.

A seção *Ensaio* conta com duas contribuições. Na primeira delas, *Reflexões sobre a constituição da Administração como ciência à luz das contribuições de Michel Pêcheux, Betina Magalhães Bitencourt e Sidinei Rocha de Oliveira* discutem que a Administração é uma ciência, no sentido de campo do conhecimento, genuinamente ideológica. A partir disso, apresentam este ensaio com base em Pêcheux a respeito da Ideologia, sobretudo da sua análise da situação teórica das ciências sociais. Os autores se propõem a discutir os primórdios dos estudos em Administração e de suas principais bases teóricas, além do cenário que permitiu o seu desenvolvimento. Analisamos ainda a constituição desta como área de conhecimento, que surge e ganha espaço para que o administrador seja capaz de manejar técnicas destinadas a obter o máximo de rendimento dos recursos, evidenciando-se como uma criação que visa atender a uma demanda própria do desenvolvimento do capitalismo.

Renan Gomes de Moura, Rejane Prevot Nascimento e Denise Franca Barros, em O problema não é ser gay, é ser feminino: o gay afeminado e as organizações, assumem, como ponto de partida, que ainda na contemporaneidade, ser gay ainda é um problema social e motivo de exclusão, posto que o homossexual é considerado um indivíduo estranho e anômalo, o que é intensificado quando se trata do gay efeminado. No ensaio os autorxs discutem o gay afeminado nas organizações, sugerindo que os estudos de gênero nas organizações focam em sua maioria as questões relacionadas à mulher, não contemplando assim uma pluralidade de sujeitos, como lésbicas, gays afeminados, lésbicas masculinizadas, transexuais masculinos, entre outros.

Na seção *Depoimentos*, temos o prazer de publicar a contribuição *Minha história com os Estudos Organizacionais*, de *Roberto Fachin*. Neste depoimento, o autor discorre sobre sua trajetória profissional, que se confunde com o próprio percurso dos Estudos Organizacionais brasileiros. A trajetória em termos de formação, de atuação em diversas unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como sua participação em órgãos representativos da área em termos nacionais e internacionais, são narrados ao longo do texto, que ensina a partir de uma experiência seminal no campo de Estudos Organizacionais.

Na seção *Resenhas*, Flávio Fernandes Fontes nos brinda com a contribuição *A busca por um trabalho suportável: todo homem quer ser sujeito de suas normas*, no qual ele examina o livro *Le travail, peut-il devenir supportable?*, de Yves Clot e Michel Gollac. A partir de uma descrição sintética do conteúdo dos cinco capítulos, o autor faz algumas apreciações críticas, utilizando o conteúdo de outras resenhas do mesmo livro e referências bibliográficas sobre o tema. Os autores defendem que a maior participação dos trabalhadores na organização do próprio trabalho apresenta consequências benéficas para a saúde psíquica. O autor conclui que o texto contribui para a discussão do sofrimento presente no contexto de trabalho, na medida em que os riscos de promover mais democracia são assumidos na prática da pesquisa em psicologia.

Práticas de controle físico e o simbólico no centro de Belo Horizonte é o título da contribuição de Leonardo Tadeu Santos e Felipe Mateus Assis Soares para a seção *Registros Fotográficos*. Os autores apresentam as práticas organizativas de controlar, em especial o controle sobre pessoas em situação de rua, na cidade de Belo Horizonte. Os autores entendem que o pensamento e a ação de práticas organizativas na cidade são construídos não somente pelo poder público, mas por diversos atores sociais que vão se pautar por regras morais, negociações, interesses, limites do formal e informal que, por si, demonstram um quadro generalizado de jogos de poder. Os resultados os levam à conclusão de que a

região central da capital mineira apresenta inúmeras formas de controle – físicas, simbólicas e morais.

Encerrando o número, na seção *Relatórios*, apresentamos dois textos: no primeiro (*Pareceristas ad hoc – ano 2017*) registramos e agradecemos nominalmente a cada um dos colegas que, voluntária e generosamente trabalharam na avaliação e na melhoria do material submetido ao periódico. São essas pessoas que concretamente permitem que Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade cada vez mais se consolide como um lugar cada vez interessante na comunidade ibero-americana de Estudos Organizacionais. No segundo texto (*Estatísticas – ano 2017*), apresentamos as estatísticas da revista no ano de 2016, uma necessária prestação de contas à nossa co.

Por fim, recuperando o título deste editorial, é preciso deixar claro que, embora o desamparo esteja sendo plantado, a colheita precisa ser de transformação. Se o governo nos desampara, se omite, silencia sobre violências e se alia aos mais fortes, isso não quer dizer que estamos sozinhos na estrada. A HORA É DE LUTA. Queremos francamente acreditar que o futuro nos reserva momentos melhores, mais solidários, mais generosos – mais humanos, enfim. E, nesse espírito, desejamos a todxs um 2018 de luz!

REFERÊNCIAS

Alerta social. (2017). *365 direitos perdidos*. Recuperado em 26 dezembro, 2017, de: http://alertasocial.com.br/wp-content/uploads/2017/05/UM-GOLPE-POR-DIA_365-DIREITOS-PERDIDOS.pdf

Didi-Huberman, G. (2011). *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: UFMG.

Saraiva, L. A. S. (2016). A república da exceção. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 812-828.

Como citar esta contribuição

Saraiva, L. A. S. (2017). O plantio do desamparo. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1135-1146.

